

Devedores exigem US\$ 80 bi

Do enviado especial

Montevideu — O programa de emergência aprovado pela reunião dos 11 países integrantes de Grupo de Cartagena é bem mais ambicioso que a proposta feita pelo Plano Baker, que pretende oferecer somente 20 bilhões de dólares aos países latino-americanos nos próximos três anos. A proposta de Cartagena pressupõe um montante de 80 bilhões de dólares junto aos bancos privados e entidades multilaterais de crédito. Ou seja, o dobro do que pretende oferecer o governo norte-americano a todos os países do Terceiro Mundo, que é de 40 bilhões.

Embora tenha se negado a dar detalhes desse volume de recursos previsto pelo plano de emergência, alegando que existem “vá-

rias alternativas”, o chanceler uruguaio, Enrique Iglesias, responsável pela secretaria executiva do recém-criado comitê de acompanhamento das dívidas externas dos devedores, disse que “os cálculos que situam esses recursos em torno de 80 bilhões estão corretos”.

Esse total será suficiente para manter a dívida externa dos países endividados congelados durante três anos. Assim estará garantida a possibilidade de se manter o crescimento com o pagamento dos compromissos financeiros.

O chanceler uruguaio assim como o ministro argentino Juan Sourrouille destacou que o comitê de acompanhamento criado pelo Grupo de Cartagena não será cópia fiel de um clube dos devedores, mas afirmou que a sua função será

a de acompanhar as negociações das dívidas externas dos países da região. Ele confirmou que o papel desempenhado pelo ministro da Fazenda, Dilson Funnaro, foi fundamental para a implementação do plano. Brasil e Argentina defenderam posições comuns quanto à decisão de revidicar redução das transferências líquidas de capitais, o que só será possível através da redução do pagamento das taxas de juros.

Os 11 representantes dos países latino-americanos integrantes do Grupo de Cartagena poderão viajar aos países credores para explicar o plano de emergência e ressaltar que, se as medidas nele contidas não forem respeitadas, a região ficará ingovernável no próximo ano, lembrou o chanceler uruguaio ontem em entrevista coletiva.